

APRESENTAÇÃO

Com o número 39, v. 1 de 2017, o Caderno Prudentino de Geografia (CPG), publicação semestral da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), seção local Presidente Prudente, retorna suas atividades depois de dois anos de interrupção. Os diferentes estudos apresentados nesta edição revelam uma característica muito evidente nos estudos geográficos produzidos no Brasil, isto é; a diversidade do pensar. Este número, assim, dialoga com três dimensões: o ambiente enquanto fração da natureza, a terra como mercadoria e a tecnologia na condição de técnica à Geografia.

O artigo intitulado “Os (des) encontros internacionais sobre meio ambiente: da conferência de Estocolmo à Rio+20 - expectativas e contradições”, de autoria de Edson dos Santos Dias, inicia o debate deste número através da análise dos eventos internacionais promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), a partir da Conferência de Estocolmo, que resultam na explicitação das oportunidades de avanços e dos limites de proposições e ações para diminuir os problemas socioambientais em escala mundial. O autor conclui ressaltando a contradição presente na tentativa de superação dos problemas de ordem ambiental.

As autoras Marília Gabriela Godin Rezende, Therezinha de Jesus Pinto Fraxe e Antonio Carlos Witkoski através do artigo “Fragilidades e potencialidades da gestão territorial da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó Açu (Amazonas, Brasil)” apresenta o processo de gestão territorial na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó Açu, que compõe uma “*barreira verde*” com o objetivo de evitar o desmatamento ao longo da BR-319, no Estado do Amazonas, com vistas a elucidar os processos de tomada de decisão a partir da governança estabelecida. As autoras a partir da compreensão do território como um espaço delimitado por relações de poder, expõe os desafios do processo de gestão territorial, concluindo que a Reserva Igapó Açu é uma Unidade de Conservação que apresenta uma governança democrática, centrada na participação social dos diferentes atores envolvidos.

O artigo intitulado “Análise do uso da terra e das alterações ocorridas, na bacia hidrográfica do rio Ibicuí, no período de 1998 a 2013”, de autoria de Romario Trentin, Luís Eduardo de Souza Robaina e Roberto Verdum nos traz contribuições acerca das mudanças do uso do solo da bacia do Rio Ibicuí, localizado na região Pampeana do estado do Rio Grande do Sul, caracterizada pelo uso predominantemente agrícola. Nesta investigação foi detectado que num período de quinze anos ocorreram significativas alterações na dinâmica do respectiva paisagem, deste uso com a presença das lavouras de cultivos temporárias de exploração econômica como a soja e o arroz, como o ingresso da silvicultura para a extração da celulose.

Ainda na escala de análise do estado do Rio Grande do Sul, as autoras Jaqueline de Bortoli, Claudete Rempel, Mônica Jachetti Maciel e Luana Carla Salvi por meio do artigo “Qualidade físico-química da água em propriedades rurais com produção de leite no Vale do Taquari-RS”, nos proporciona uma contribuição para a avaliação dos parâmetros físico-químicos da água destinada ao consumo humano e dessedentação animal em propriedades rurais com produção de leite na região do Vale do Taquari, da Mesorregião do Centro Oriental Rio-grandense e Microrregião de Lajeado-Estrela. As autoras concluem afirmando que a média dos valores encontrados para os parâmetros físico-químicos das águas da Vale do Taquari apresentaram valores adequados para o consumo, porém há amostras desconformes com a legislação vigente, não sendo possível afirmar que as mesmas estão aptas para o consumo.

Ainda no âmbito ambiental e da paisagem, o artigo “Avaliação do estado geoambiental em áreas costeiras: uma contribuição para o entendimento da paisagem de Praia Grande (SP)”, analisou o estado Geoambiental do município de Praia Grande, região litorânea do estado de São Paulo, por meio da cartografia de síntese, que integra as características físicas e do uso do solo, na qual é possível verificar quais setores da paisagem foram mais afetados pelas ações humanas. As autoras Tissiana de Almeida de Souza e Cenira Maria Lupinacci da Cunha identificam, ainda, a existência de cinco níveis de Estados Geoambientais no município de Praia Grande, sendo: Estado Geoambiental Estável, Estado Geoambiental Medianamente Estável, Estado Geoambiental Instável, Estado Geoambiental Crítico e Estado Geoambiental Muito Crítico.

Assim, a cartografia de síntese constitui-se como uma importante ferramenta para análise da paisagem e gestão territorial.

No artigo intitulado “Geotecnologias aplicadas à análise da fragilidade ambiental de reservatórios interiores destinados ao turismo”, os autores Marcos Paulo Almeida Fornazieiro e Andréia Medinilha Pancher, analisam a fragilidade ambiental e dimensionam as viabilidades do planejamento físico e turístico do entorno da represa Lobo, localizada no município de Itirapina, na região Centro-Leste do estado de São Paulo, através das Geotecnologias como uma ferramenta funcional ao planejamento turístico. Fornazieiro e Pancher concluem que as fragilidades pedológicas da área em questão são identificáveis e sanáveis destacando, também, os atuais usos do solo como pouco impactantes, justificando a baixa fragilidade em vários setores da área.

Na mesma costura dos trabalhos anteriores, Lara Cristine Gomes Ferreira e Fernando Luiz Araújo Sobrinho dão atenção à alteração do uso do solo e da paisagem a partir do artigo “A dinâmica canavieira na microrregião Ceres, Goiás: das colônias agrícolas nacionais ao agronegócio sucroenergético”, debatendo os desdobramentos socioespaciais resultantes da territorialização da atividade canavieira na microrregião Ceres, localizada no estado de Goiás. Ferreira e Sobrinho concluem que o agronegócio canavieiro na sua totalidade, isto é, juntamente com atividades de comércio e as prestadoras de serviços (que estão vinculadas às demandas da atividade canavieira), é a principal atividade econômica predominante na região. Por fim, os autores destacam que a região de Ceres está focada em um segmento único do agronegócio: somente nas usinas de cana-de-açúcar.

O artigo “A espacialidade das políticas públicas no Brasil: aspectos teóricos para agenda da geografia brasileira”, da autora Vanessa Teixeira, nos contempla com uma fundamentação teórico-conceitual acerca das políticas públicas enquanto elemento que qualifique uma abordagem das estratégias de desenvolvimento no território, como forma de contribuir para uma agenda da Geografia Contemporânea, visto que o território é uma categoria de análise da ciência e que ainda apresenta lacunas especialmente no Brasil.

No artigo intitulado “Mobilidade urbana em Araraquara/SP: desafios para uma cidade de porte médio”, o autor Rafael Alves Orsi, expõe e analisa os desafios referentes à mobilidade urbana enfrentados na cidade de Araraquara,

localizada na região Central do estado de São Paulo, evidenciando que questões como mobilidade não são exclusivas de grandes centros urbanos, mas que também são presentes em cidades de porte médio, como é o caso de Araraquara. Orsi conclui, então, alertando para a urgência das discussões e de ações sobre a problemática da mobilidade urbana, no sentido de repensar práticas e prioridades, para promover uma cidade inclusiva e todos possam ter direito a uma vida digna neste espaço.

Por fim, com o artigo intitulado “A terra como mercadoria: algumas considerações sobre o espaço urbano londrinense”, de Barbara Hayashida Arôxa, é encerrado a discussão deste número. Arôxa esboça considerações sobre o planejamento do espaço urbano de Londrina, cidade do interior do estado do Paraná, destacando o papel da terra enquanto mercadoria e como uma das principais fontes de produção de capital. A autora conclui argumentando que no âmbito do planejamento urbano, a participação popular pode ser a única via capaz de desarmar os esquemas especulativos que tornam as cidades desiguais, violentas e excludentes.

Desejamos a todos (as) uma excelente leitura. Que os trabalhos aqui contidos contribuam para o pensar a diversidade da atual Geografia brasileira.

Comissão Editorial Caderno Prudentino de Geografia

14 de agosto de 2018.